PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

ATA Nº 21

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 4 DE OUTUBRO DE 2023

PRESIDÊNCIA: Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira. ----------

VEREADORES PRESENTES: Paula Cristina Borges de Sousa, Ricky Joe Baptista, Otília Maria de Sousa Martins, Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Isménia Carvalho Landeiro Alves. ----------

FALTAS JUSTIFICADAS: ----------

HORA DE ABERTURA: 14H00M ----------

-------- Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira, desta Cidade, reuniu a Câmara Municipal da Praia da Vitória, sob a Presidência de Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira, estando presentes os Vereadores Paula Cristina Borges de Sousa, Ricky Joe Baptista, Otília Maria de Sousa Martins, Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Isménia Carvalho Landeiro Alves. ----------

-------- A reunião foi secretariada por Maria da Conceição Leal de Lima, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. ----------

-------- E sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver "quórum" para o funcionamento do Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima senhora Presidente declarou aberta a reunião. ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-------- Ao dar início aos trabalhos a senhora Presidente deu a palavra aos Vereadores para eventuais intervenções. ----------

-------- O Vereador Berto Messias interveio para perguntar o que estava em causa relativamente ao possível investimento que está a ser ponderado para a Praia da Vitória e, em concreto, na zona do Belo Jardim, promovido pela empresa Logislink – Terminal de Logística, Lda.. ----------

-------- Prosseguiu dizendo que, em meados do mês de setembro, tiveram conhecimento de uma Resolução do Conselho do Governo que classifica esse possível investimento de

terminal de contentores, na zona do Belo Jardim, como projeto de relevante interesse público e, face a essa situação, perguntou quais as informações que a Câmara Municipal dispunha, se estava a par do assunto e se, formalmente, já havia entrado alguma documentação desta empresa na Câmara Municipal e, portanto e de acordo com a informação que a Câmara, eventualmente, possa ter, perguntou o que é que estava em causa neste projeto. ----------

-------- Sobre esta questão, a Vereadora Otília Martins respondeu que, tal como o senhor vereador Berto Messias referiu, foi no âmbito de uma Resolução do Conselho do Governo, que classificou o projeto como sendo de relevante interesse público e que aprovou que aquela zona saísse da reserva agrícola.----------

-------- Em relação à empresa Logislink – Terminal de Logística, Lda., disse que, a mesma está sediada na ilha Terceira e que já está a trabalhar e com bastantes funcionários a trabalhar para a mesma. ----------

-------- Acrescentou que, na Câmara, entrou um pedido de viabilidade e que a Câmara já deu algumas informações, sendo que a empresa ainda não deu entrada do projeto para avançar com a obra que pretende construir.----------

-------- O Vereador Berto Messias retomou a palavra para dizer que, a Vereadora Otília Martins refere que aquele espaço vai sair da reserva agrícola, mas, segundo sabe, isso nem está referido na Resolução do Conselho do Governo e perguntou, concretamente, a que é que a Vereadora Otília Martins se estava a referir, nomeadamente, em que zona e terreno e qual era a sua dimensão. ----------

-------- Continuou perguntando, relativamente ao que a empresa disse à Vereadora Otília Martins, qual era o impacto desse projeto, quer em termos ambientais, quer visuais, e qual o número de postos de trabalho, e, tendo sido dito que a empresa já tinha aqui várias pessoas a trabalhar para ela, perguntou onde é que isso acontecia.----------

-------- A Vereadora Otília Martins, em relação à Resolução do Conselho do Governo e ao que ficou definido, disse que a mesma já foi publicada no Diário da República e que as informações constam nessa publicação. ----------

-------- No que se refere à empresa, referiu que é uma empresa de renome, que está cá sediada e que já fez alguns investimentos, tendo comprado a outra empresa, os trabalhos que esta efetuava, e tendo já alguns funcionários.----------

-------- Em relação à pretensão desta empresa em construir no Belo Jardim, disse que não podia dar muito mais informação enquanto não entrasse, concretamente, toda a documentação necessária para o projeto ser avaliado pela Câmara Municipal da Praia da Vitória.----------

-------- O Vereador Berto Messias retomou a palavra e disse que, então e segundo a senhora Vereadora Otília Martins, o Governo Regional decidiu, através de Resolução do Conselho do Governo, declarar de relevante interesse público, este investimento na Praia da Vitória, em concreto, no Belo Jardim, e que não existe, na Câmara, qualquer documento formal desta empresa relativamente a este projeto, perguntando se a senhora Vereadora confirma ser esta a situação. ----------

-------- A Vereadora Otília Martins respondeu que, no início, a empresa solicitou um parecer de viabilidade e que a Câmara deu o parecer de viabilidade, mas, depois, envolvia várias entidades e não só a Câmara Municipal da Praia da Vitória, mas, no

entanto, e concreta e oficialmente, ainda não entrou o projeto da empresa para ser analisado pelos arquitetos da Câmara. ----------

-------- O Vereador Berto Messias retomou a palavra e insistiu na sua questão, ou seja, se a empresa fez um pedido de viabilidade, foi com base num documento que entrou na Câmara a fazer esse pedido de viabilidade, tendo a Vereadora Otília Martins respondido que a empresa, supostamente, comprou um terreno e fizeram o referido pedido de viabilidade, e que, nessa altura, foram emitidos, pelos arquitetos, os pareceres e que foi através destes que a empresa remeteu um ofício para o Governo, a fim de ser submetido a Conselho do Governo, com vista a desativar aquela parcela, tendo em conta que era de relevante interesse público, o que pretendem construir na Praia da Vitória, designadamente, o projeto de construção de um terminal de logística, promovido pela empresa Logislink. ----------

-------- O Vereador Berto Messias disse que, continua sem perceber esta questão, porque o Governo Regional resolveu, em Conselho do Governo, aprovar uma Resolução que define como de relevante interesse público, um investimento na Praia da Vitória, na zona do Belo Jardim, para a instalação de um possível terminal de contentores, e pergunta, agora, à Câmara, que informações tem sobre esse investimento, se entrou alguma informação sobre esta matéria e a senhora Vereadora diz-lhe que não entrou, mas, depois, diz que foi feito um pedido de viabilidade por parte da empresa e, portanto, era isso que queria perceber, ou seja, o que é esse pedido de viabilidade, e perguntar, também, se os promotores deste investimento, em algum momento, se dirigiram à Câmara e falaram com o Executivo Municipal, sobre este assunto, considerando que isso não está, segundo sabe, na Resolução do Conselho do Governo, mas isso até adensa as suas dúvidas, perguntando se estão a falar de fazer com que, a zona que receberá este potencial investimento, deixe de ser reserva agrícola, ou se estão a falar de outro tipo de reserva.----------

-------- Terminou reiterando a pergunta, ou seja, considerando que a senhora Vereadora Otília disse que esta empresa tinha vários funcionários a trabalhar aqui, gostava de saber onde é que estão a trabalhar.----------

-------- A Vereadora Otília Martins respondeu que o Vereador Berto Messias também podia procurar informações sobre esta empresa, e que esta empresa comprou, recentemente, outra empresa, ficando com todos os funcionários desta, e que é uma empresa que está cá sediada, com bastantes funcionários a trabalharem, que faz os seus descontos, e que está a trabalhar na ilha Terceira a nível de transportes marítimos. --------

-------- Prosseguiu dizendo que esteve reunida com esta empresa, a qual mostrou o que pretendia e que, agora, estão a aguardar que o projeto, e o pedido, entrem oficialmente, para que possa ser analisado pelos arquitetos da Câmara, mas, neste momento, não tem muito mais a dizer. ----------

-------- O Vereador Berto Messias retomou a palavra e disse que não tem de procurar informação sobre a empresa, porque não era isso que estava em causa, mas sim, e tendo em conta o que foi publicado na Resolução do Conselho do Governo, saber que informação é que a Câmara tinha sobre este assunto, e que, além disso, a Vereadora Otília Martins continuava sem responder onde é que estes trabalhadores trabalham. ------

-------- Referiu ainda que, continuava apenas a tentar perceber o que estava em causa, porque a senhora Vereadora disse que não tinha entrado nada na Câmara, mas, posteriormente, disse que tinha havido um pedido de viabilidade, pelo que insiste na sua questão sobre o que era esse pedido de viabilidade, e que a senhora Vereadora também já disse que, afinal, a empresa reuniu consigo. ----------

-------- Em suma e tendo em conta o investimento eventualmente em causa, e o que o Governo Regional fez, através da Resolução do Conselho do Governo, e que a senhora Vereadora diz, agora, que está em causa o levantamento das restrições em termos de reserva, que supõe ser agrícola, pergunta se é disso que estão a falar e gostaria de perceber que informações tem a Câmara, sobre este projeto de investimento, e como a Vereador Otília Martins diz que a empresa está a fazer descontos e trabalho em transporte marítimos e que tem muitos funcionários aqui, perguntou onde é que isso ocorre.----------

-------- A Vereadora Otília Martins respondeu que a empresa já estava cá sediada há alguns meses, e que fez negociações com a Oceânica, a qual já não existe a nível de transportes marítimos, tendo a referida empresa ficado com os funcionários da Oceânica, bem como com o armazém do Cabo da Praia. ----------

-------- Relativamente ao pedido de viabilidade, referiu que a Câmara recebe todos os dias pedidos de viabilidade, para que seja dado parecer sobre a possibilidade de construir, consoante o índice, as áreas e também o PDM – Plano Diretor Municipal, sendo que esta questão do PDM nunca foi resolvida, e tem de ser resolvida de uma vez por todas, porque as pessoas ficam sem saber se podem, ou não, comprar. ----------

-------- Mais respondeu que, relativamente a esta empresa, não podia dizer muito mais antes do projeto dar entrada, sem o ver e sem que o mesmo seja analisado e discutido pelos técnicos do Município, concluindo que, só após a entrada do projeto, se poderá dar mais alguma informação sobre as áreas e sobre tudo o que pretendem construir naquela zona do Belo Jardim. ----------

-------- O Vereador Berto Messias disse que, então, havia um pedido formal de viabilidade, sendo que a Câmara se pronuncia no âmbito do enquadramento dos projetos nos instrumentos de ordenamento do território, como, por exemplo, o PDM, e que esses pedidos são feitos com base num pedido formal e concreto, como a empresa, neste caso, faz, insistindo na sua questão, ou seja, se esse pedido deu entrada e em que termos se encontra. ----------

-------- A Vereadora Otília Martins respondeu que o projeto ainda não deu entrada. -------

-------- O Vereador Berto Messias continuou dizendo que a Vereadora Otília Martins disse que não entrou nada oficial, mas disse, também, que entrou um pedido de viabilidade, e se entra um pedido de viabilidade, isso constitui a entrada oficial de um pedido e, assim sendo, insistiu na sua questão, ou seja, se entrou alguma coisa, o que entrou e em que termos isso aconteceu, tendo em conta a Resolução do Governo que define como sendo um investimento de relevante interesse público, na Praia, perguntando que informações tem a Câmara sobre isso e quais são essas informações. ---

-------- A Vereadora Otília Martins respondeu que o projeto não entrou na Câmara, e que houve, sim, um pedido de viabilidade, e que ainda não foi respondido à empresa em

causa porque falta um documento da Base Aérea, e que, conforme disse anteriormente, são várias as entidades que emitem parecer sobre o pedido.----------

--------O Vereador Berto Messias disse que, então, se estava em falta esse documento, era porque havia outros documentos que já haviam entrado.----------

--------A Vereadora Otília Martins confirmou essa situação e disse que, agora, têm de reunir a documentação e aguardar que o projeto desta empresa entre, oficialmente, na Câmara Municipal.----------

--------O Vereador Berto Messias solicitou que lhes fosse fornecido o pedido de viabilidade desta empresa e dos termos em que ele foi feito à Câmara Municipal. ---------

--------De seguida, o Vereador Berto Messias disse que lhes têm chegado, várias referências sobre alguma incapacidade, sobretudo em determinadas zonas, de dar resposta às exigências em termos de limpeza urbana e de recolha de lixo no concelho, falando-se em lixo que não é recolhido, em retirada de contentores de sítios onde havia contentores e de lixo amontoado e, apesar de perceber que, eventualmente, o verão e o período de festas, é um período mais intenso, também lhe parece importante que as estruturas municipais tenham noção disso e, face a essa situação, questionou se, em termos de limpeza urbana e de recolha de resíduos, tem havido algumas alterações, se a Praia Ambiente está com algum problema, nomeadamente em termos de meios disponíveis, ou de recursos humanos, porque as informações que insistentemente lhes chegam, é de que as coisas não estão a correr bem e que está a haver muitas alterações em pouco tempo. ----------

--------O senhor Vice-Presidente tomou a palavra e disse que respondeu a essa questão na passada sessão da Assembleia Municipal, sendo que, ao olhar para os números, é possível verificar que, durante o ano, há um aumento de resíduos, ou seja, que, no início do ano, é feita uma média mensal, sendo, no caso, de cerca de quinhentas e cinquenta toneladas de resíduos e que, nos meses de verão, se verifica um aumento, para oitocentas e cinquenta toneladas de resíduos mensal, o que significa um aumento de cento e cinquenta por cento.-- ----------

--------Prosseguiu dizendo que, como era possível perceber, a Praia Ambiente não aumenta os equipamentos e os recursos humanos em cento e cinquenta por cento, pelo que, nos meses de verão, designadamente, junho, julho e agosto, há mais dificuldade em recolher o lixo, mas, no entanto, isto também era um bom sinal, porque significa que temos turismo e que existe um aumento de pessoas na ilha, o que gera rendimentos para a economia local.----------

--------Referiu, ainda, que o planeamento tem de ser reajustado, porque também há equipamento que não suporta esse aumento de resíduos, não se tratando de falta de recursos humanos, mas que, entretanto, se vai investir numa nova carrinha, a qual dará melhor resposta na recolha de resíduos em canadas, garantindo a possibilidade de entrar em sítios onde os camiões maiores não conseguem entrar. ----------

--------Relativamente à recolha de monstros, deu conhecimento de um programa de sensibilização e de indicação sobre esta recolha, pretendendo-se que as pessoas saibam que podem telefonar para a Praia Ambiente e que, até um metro cúbico de resíduos por recolha, não há pagamento, sendo, a intenção, que esses monstros sejam recolhidos de

forma adequada, principalmente na primavera e colocados no sítio certo e que, o importante, é que este lixo não vá parar às ribeiras, de modo a não originar outros problemas.----------

--------Concluiu referindo que, já estão a planear para dois mil e vinte e quatro, tendo a noção de que vai haver um aumento de cento e cinquenta por cento, não sendo fácil dar resposta, a isso, de um dia para o outro, mas têm de ter isso em consideração. ----------

--------No que se refere à colocação de contentores de recolha de lixo nas freguesias, disse que todas essas questões são coordenadas com os Presidentes das Juntas de Freguesia, pois isso é fundamental para saber qual o melhor local para esse efeito, trabalho esse que é feito mensalmente. ----------

--------O Vereador Berto Messias disse que, se um assunto foi discutido em sessão da Assembleia Municipal e é trazido, outra vez, à reunião de Câmara, é porque a resposta não foi satisfatória.----------

--------Prosseguiu dizendo que a resposta do senhor Vice-Presidente é um diagnóstico correto da situação e, obviamente, têm em conta os constrangimentos que a gestão de uma estrutura destas tem, mas a verdade é que, na realidade, tal não está a acontecer e isso nota-se, praticamente, em todas as freguesias e, assim sendo, o apelo que faziam é para que possa haver uma melhor planificação de dois mil e vinte e quatro, porque, de facto, os relatos de que têm conhecimento, não são os melhores e que, o diagnóstico do senhor Vice-Presidente está correto, mas, porém, o que se exige são soluções com base no diagnóstico e, se tem sido notório esse crescimento anual, pois daí deve decorrer um melhor planeamento, relativamente às necessidades que estas áreas têm, pelo que continuarão atentos a esta questão, porque também se nota que não há um rumo definido. ----------

--------Disse, ainda, que o senhor Vice-Presidente se refere ao aumento da quantidade e, portanto, está a dizer que há circuitos de recolha que não conseguem recolher tudo o que é depositado e, se assim for, isso faz toda a diferença, porque já não estarão a falar dos circuitos, mas sim da capacidade dos meios disponíveis para recolher tudo o que está no circuito, e perguntou se é disso que estão a falar. ----------

--------O senhor Vice-Presidente respondeu que, relativamente ao planeamento, é necessário ter em conta que os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, foram anos de COVID e que não houve festas, nem aumento de recolha de lixo, como tem agora, e que este Executivo entrou em funções em outubro de dois mil e vinte e um, o que significa que, a maior parte da programação da recolha, tinha sido feita pelo anterior Executivo, sendo que, o atual Executivo, só tem história de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, pelo que, quando lhe pedem para fazer uma avaliação dos últimos anos, só pode fazer dos últimos dois anos. ----------

--------Relativamente ao aumento, de cento e cinquenta por cento, de resíduos, o senhor Vice-Presidente respondeu que as carrinhas da Praia Ambiente só têm capacidade para recolher catorze toneladas, o que significa que, com mais lixo, as rotas ficam mais curtas. - ----------

--------Continuou dizendo que seria fácil chegar aqui e dizer que a Praia Ambiente ia comprar mais carrinhas para a recolha de resíduos no verão, mas isso implicaria orçamento e capacidade financeira para o poder fazer, perguntando, ainda, o que se faria

com as carrinhas durante o resto do ano, em que não são necessárias e, desse modo, entende que tem de haver equilíbrio e que tem de se rever as rotas, porque, dois mil e vinte e três, foi um ano de *"boom"*, em termos de turistas e impacto económico, mas isso também se reflete em termos de resíduos. ----------

-------- O Vereador Berto Messias referiu que, se o senhor Vice-Presidente aborda a questão do ponto de vista técnico, e se diz que é uma resposta técnica, então a história não tem dois anos, tem mais alguns anos, porque estão a falar de um corpo técnico que trabalha na Praia Ambiente e que, portanto, trata dessas questões há muito tempo. --------

-------- Quanto ao planeamento futuro disse que, mais resíduos recolhidos, significa mais receita, pelo que, será interessante fazer a reflexão sobre se, um número maior de resíduos recolhidos, não permite um investimento em mais meios para garantir melhores respostas, mas o Executivo fará, tecnicamente, a abordagem que achar melhor.----------

-------- O senhor Vice-Presidente retomou a palavra para dizer que, o Vereador Berto Messias defende que é mais receita, mas esqueceu-se de dizer que também aumenta a despesa, mas, no entanto, vão analisar todo o processo para garantir que se dá a melhor resposta, a fim de ser o melhor para o concelho, ou seja, para um concelho limpo, com capacidade de resposta, e com condições de segurança para os trabalhadores e funcionários da Praia Ambiente, bem como para garantir que os munícipes tenham uma cidade limpa.----------

-------- A senhora Presidente tomou a palavra para acrescentar que foi efetivada uma candidatura, ainda no âmbito do PO 2020, para duas viaturas, e mais equipamento para poder ser distribuído ao longo do concelho e, portanto, acreditam que tudo poderá correr bem, com a validação dessa candidatura, que só se prendia com o fornecimento desse material, acreditando que podem vir a ter um reforço de resposta. ----------

-------- A senhora Presidente prosseguiu dizendo que, no âmbito da GRATER, também foi feita uma candidatura, nos depósitos mais pequenos dos ecopontos, e que, um dos grandes inconvenientes com que se têm deparado, é com algum material que já começa a ficar bastante desgastado, pelo que há necessidade de investimento em ecopontos e em ecopontos mais pequenos, para que também possam dar resposta na zona urbana e, em termos logísticos, com mais camiões, e algumas carrinhas apropriadas para a recolha e que permitam a entrada em alguns arruamentos mais estreitos, o que também facilitará. -

-------- Referiu que estão atentos a toda esta evolução que tem ocorrido e que se, da parte dos senhores Vereadores, chegam registos dessas situações, ao Executivo também chegam, e que, na sua opinião, até tem havido, este ano, alguma polémica e, muitas vezes, até parece alguma provocação, no sentido efetivo de que fazem o depósito fora dos locais, sabendo que não é dia de recolha, sendo que, quando falta algum civismo, todos pagam, porque, isso, obviamente, não engrandece quem visualiza estas situações. -

-------- Continuou dizendo que, o ano passado, se deram conta de um abuso na colocação de sacos à volta dos pontos de recolha, muitos dos quais, se encontravam praticamente vazios e que, quanto a isso, houve algum melhoramento, mas que, este ano, tem-se verificado, efetivamente, um abuso em termos de monstros e de tudo o que é possível imaginar, que são deixados junto dos ecopontos, em zonas mais isoladas e, portanto e dentro do orçamento de dois mil e vinte e quatro, o Executivo pretende gerar

alguma diferenciação nesse sentido, mas também, essencialmente, em campanhas de sensibilização, porque têm noção de que, só dessa forma, é que podem chegar às pessoas. ----------

-------- No que concerne às alterações na recolha de resíduos, referiu que não houve alterações recentes, ou seja, as alterações apresentadas no início do ano são as que se mantêm, havendo reforço de recolha mediante todas as festividades que estão a acontecer, até mesmo ao fim-de-semana, de forma coordenada com as freguesias, porque, efetivamente, sabem que tem havido um grande aumento de produção.----------

-------- Seguidamente, o Vereador Berto Messias solicitou a palavra para dizer que haviam notado que as estruturas das Festas da Praia, nomeadamente, a cerca verde, o palco e a estrutura da tenda, sem o pano, bem como todas as barracas dos bares, continuavam montadas e perguntou para quando estava prevista a sua desmontagem, tendo em conta que esta questão comprometia a utilização de um espaço nobre, como é aquela zona, como, por exemplo, a tabela de basquetebol, ou para andar de bicicleta, bastando ir lá ao fim-de-semana para ver que aquele espaço faz muita falta e que continua fechado, há já quase dois meses.----------

-------- A Vereadora Otília Martins respondeu que estão a tratar da desmontagem dessas estruturas, considerando que, a seguir às Festas da Praia, os colaboradores do Município estiveram a apoiar as festas das freguesias, na montagem de barraquinhas, e que alguns colaboradores tiveram o seu período de férias a seguir às Festas da Praia e que também estiveram a montar, na zona da feira da gastronomia, as estruturas onde vai decorrer a Expo Praia e, além disso, aconteceu que uma carrinha que dá apoio àquele setor, avariou, o que também atrasou esse processo, mas, no entanto, está planeada para o início da próxima semana, a desmontagem dessas estruturas.----------

-------- O Vereador Berto Messias perguntou se a desmontagem das estruturas daquela zona, começa no início da próxima semana, tendo a Vereadora Otília Martins respondido que estava prevista a desmontagem das barraquinhas de madeira da Dreamzone, porque a zona do palco não era da responsabilidade do Município, mas sim do concessionário. ----------

-------- O Vereador Berto Messias perguntou se a cerca também será desmontada na próxima semana, tendo a Vereadora Otília Martins respondido que, aquela proteção não é desmontada e que isso já aconteceu do ano passado para este ano, porque a Câmara não tinha camião para fazer o transporte.----------

-------- O Vereador Berto Messias questionou se, este ano, a estrutura verde não vai ser desmontada, ao que a Vereadora Otília Martins respondeu que, neste momento, não está planeado desmontar a mesma.----------

-------- O Vereador Berto Messias disse que, no seu entender, deveriam ponderar a desmontagem daquela estrutura, porque, de facto, a mesma compromete totalmente uma zona extraordinária do centro urbano, não fazendo nenhum sentido que aquela cerca verde fique montada de um ano para o outro.----------

-------- Continuou dizendo que, quanto à questão da desmontagem da estrutura do palco, o concessionário presta contas a quem concessionou e, portanto, a Câmara tem de exigir que seja desmontado, porque aquilo não dignifica aquele espaço. ----------

--------No que se refere à desmontagem da cerca, a Vereadora Otília Martins disse que vão planear no sentido de tentar adjudicar o transporte, porque, deixar a estrutura desmontada naquele local, também não é a melhor solução, correndo-se o risco de roubarem aquelas peças. ----------

--------O Vereador Berto Messias disse que isso acontecia por falta de meios e de recursos humanos, tendo a Vereadora Otília Martins respondido que, sem prejuízo de poderem faltar alguns recursos humanos, porque, por exemplo, pode haver funcionários de férias, mas, neste momento, não é por causa dos recursos humanos, mas sim por falta de transporte adequado para transportar aquelas estruturas. ----------

--------O Vereador Berto Messias solicitou novamente a palavra e perguntou se a Câmara Municipal da Praia da Vitória foi convidada para o Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e se, tendo sido, se fez representar, ou não. --- ----------

--------A senhora Presidente confirmou que a Câmara Municipal da Praia da Vitória recebeu o convite e que, uma vez que também faz parte da direção da Associação de Municípios da Região, Associação esta que esteve representada. ----------

--------Mais referiu que o município da Praia da Vitória não se fez representar porque, neste momento, não era viável que a própria se ausentasse, bem como aos restantes membros do Executivo, considerando que têm tido que tratar de processos que os obriga a estarem muito presentes e, assim sendo, entenderam que este ano deveriam estar aqui, de forma unida, a resolver o que têm de resolver até ao final deste ano, ficando, obviamente com as referências sobre tudo o que se passará e, no âmbito da representação da Região, poderão, depois, ter acesso à informação. ----------

--------O Vereador Berto Messias referiu que, as saídas da senhora Presidente por questões municipais, não significa que não estejam unidos e, na sua opinião, não é isso que está aqui em causa.----------

--------Por fim o Vereador Berto Messias disse que, quando foi inaugurada a empreitada de requalificação para garantir mais pressão no fornecimento de água aos moradores da Canada do Saco, que já vinha da anterior Câmara, a placa que foi descerrada na inauguração é diferente da placa que está lá hoje, ou seja, antes estava o nome da senhora Presidente e o do administrador executivo da Praia Ambiente, Sr. Engº Tiago Borges e, hoje, verifica que não é assim, perguntando sobre a razão dessa situação. ----------

--------Sobre essa questão, a senhora Presidente respondeu que a alteração aconteceu porque, efetivamente, houve um erro na ponderação, ou seja, quando fizeram essa ponderação, ficou em registo e, depois, o e-mail enviado para a gráfica não foi o correto, até porque, uma das atuações da Câmara neste mandato, seria o compromisso da envolvência das Juntas de Freguesia e, à semelhança de uma obra nos Biscoitos, onde também constava a colaboração da Junta de Freguesia, entendeu-se que a Junta de Freguesia do Cabo da Praia merecia o mesmo tratamento, mas, no entanto e infelizmente, o que chegou à gráfica não foi o que havia sido solicitado, sendo que a gráfica é que ficara com a responsabilidade colocar a placa, tendo o Executivo acabado

por ser surpreendido com o erro, mas também fizeram logo por repor a situação, para que não houvesse quaisquer constrangimentos e tendo, a própria empresa, assumido, sem qualquer problema, que, efetivamente, não tinha sido essa a indicação da Câmara. --

-------- O Vereador Berto Messias referiu que achava que o lapso não era só o senhor Presidente da Junta de Freguesia não estar lá, mas que fosse também o senhor Vice-Presidente da Câmara que passou a estar, tendo a senhora Presidente respondido que essa também era questão, porque a indicação que tinha sido dada era que, obviamente, teria de haver uma representação da Praia Ambiente e, por dedução, atribuíram ao administrador, tendo-se deixado seguir a informação e quando, depois, foram surpreendidos com a situação, deram conta que o e-mail que deveria ter seguido para a gráfica, não foi de acordo com o que tinha ficado combinado, sendo justo que, numa intervenção onde houve a colaboração da Junta de Freguesia, era justo que a mesma estivesse lá presente.----------

-------- O Vereador Berto Messias disse que, na sua opinião, também era justo que estivesse a indicação do senhor Vice-Presidente, enquanto Presidente do Conselho da Administração da Praia Ambiente, além de ser justa a indicação da Junta de Freguesia, porque, quem tutela a área, também merecia estar na placa, como depois ficou. ----------

-------- O Vereador Marco Martins solicitou a palavra para dizer que, relativamente à rede de creches e atl's e no passado dia vinte e nove de setembro, foi apresentado, em sede de Assembleia Municipal, um voto de recomendação do Partido Socialista, recomendando a reconversão das medidas do Executivo relativamente ao atl de São Brás e do Cabo da Praia. ----------

-------- Prosseguiu dizendo que, no caso de São Brás, era em duas vertentes, designadamente, quanto ao fecho durante todo o mês de agosto e não abrir no período da manhã e, no Cabo da Praia, quanto a fechar todo o mês de agosto, ao invés do que aconteceu até agora, em que era apenas uma semana.----------

-------- Continuou dizendo que reconhecia que um voto de recomendação não tinha caráter vinculativo, mas que foi um voto aprovado em Assembleia Municipal e questionou, perante a aprovação deste voto de recomendação, o que é que o Executivo se propunha fazer.----------

-------- A Vereadora Paula Sousa respondeu que acataram o voto com toda a legitimidade exposta no mesmo, mas que, todavia, todas as decisões foram muito bem ponderadas e muito fundamentadas e, portanto, o que têm a propor, e que já propuseram, foi exatamente a situação que está plasmada e decidida.----------

-------- Continuou dizendo que já referiram, várias vezes, com que é que se prende a questão da manhã e, relativamente ao mês de agosto, disse que, todas as decisões foram tomadas por forma a darem todas as respostas nas interrupções letivas, onde a escola abrirá às oito horas, e fechará às dezoito horas e trinta minutos, quer em tempo de Natal, quer em tempo de Páscoa, o que, de facto, obriga à rotatividade dos funcionários para manter estas respostas abertas. ----------

-------- Acrescentou que não há aumento de verbas para ninguém, nem para qualquer escalão, nestas alturas, ou seja, no mês de agosto e porque as funcionárias terão de tirar os onze dias de férias a que têm, legalmente, direito, apesar de não gozarem esses onze

dias em simultâneo, como é lógico, mas restam as outras duas semanas para limpeza e obras, sendo que, também têm de se respeitar o período letivo das escolas, porque se não estão nas escolas em tempo não letivo, a própria escola não poderá beneficiar de obras nesse período e, então, resta, somente, o mês de agosto e que, face a todas estas ponderações, o Executivo teve de responder a essa situação, mas, porém e apesar da mesma já ter sido explicada várias vezes, e sem prejuízo dos pais terem todo o direto de reclamar e de mostrarem a sua indignação, existe um regulamento interno, no qual estão previstos vinte e dois dias de férias, os quais não têm de ser no mês de agosto, não são obrigados a serem cumulativamente com o mês de agosto, pelo que se entenderem que o mês de agosto é um mês de férias dos seus filhos, é esse mês que eles tirarão, e que ninguém é obrigado a tirar mais férias. ----------

-------- Referiu ainda que, da parte da Câmara, está a ser feito um esforço muito grande para manter tudo a funcionar nas melhores condições, e com as melhores respostas para estes meninos e, assim sendo, vão organizar tudo no sentido de se trabalhar com afinco, como até agora tem sido feito, mas perceberam que haviam questões e acertos que tinham de se fazer e que, a partir de agora, vão dar a resposta que as freguesias, os pais e as crianças, necessitam. ----------

-------- O Vereador Marco Martins retomou a palavra para dizer que, a verdade era que, a resposta que as freguesias e os pais precisam, não era esta e que, aliás, não são só os Vereadores do Partido Socialista que dizem isso, pois foi a Assembleia Municipal que se pronunciou neste sentido, bem como um número bastante considerável de pais que, de viva voz e na própria Assembleia Municipal, manifestaram o seu descontentamento, bem como o fizeram, no dia imediatamente seguinte, e numa manifestação bastante "engrossada", e que têm sido várias pessoas da sociedade civil a manifestar o seu descontentamento e incompreensão, como também os Presidentes de Juntas do Cabo da Praia e de São Brás se têm manifestado, ou seja, têm sido várias forças vivas a manifestar este descontentamento e a resposta está longe de ser a ideal. ----------

-------- Continuou dizendo que já manifestaram qual era o entendimento dos Vereadores do Partido Socialista, mas a senhora Vereadora Paula Sousa disse, respondendo a uma nota pública dos Vereadores do Partido Socialista, que estes avançaram com notícias falsas em relação ao assunto, pelo que solicitou que a senhora Vereadora lhes indicasse, claramente, quais foram essas notícias, porque, de facto, ainda não conseguiram perceber quais são. ----------

-------- Disse, ainda, que tentaram, quer tecnicamente, quer dos pontos de vista social e coletivo, apresentar o seu entendimento, o qual corresponde ao dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, e que, grosso modo, é o mesmo dos pais que manifestam todo o seu interesse na reversão dessas medidas. ----------

-------- Prosseguiu reforçando que existe um voto de recomendação da Assembleia Municipal, aprovado no dia vinte e nove de setembro, no sentido da reversão e que os pais estiveram presentes em reuniões, na Assembleia Municipal e na rua e que, aliás e nestes dois atl's, têm sido os serviços mínimos, e que a figura da educadora, praticamente, não existe, em termos presenciais, e que a resposta técnica de que não há obrigatoriedade legal, no seu entender, vale muito pouco, porque o que havia no Cabo da Praia e em São Brás, até à entrada deste Executivo, era uma educadora a tempo

inteiro e, em determinado tempo, uma educadora para, presencialmente, dar resposta aos dois espaços, mas, neste momento, e são os pais que lhes dizem, a figura da educadora não está minimamente presente e, na maioria dos casos, senão em todos, deixou de se dar apoio nos trabalhos de casa, entre outras questões, sendo que isto não são respostas ideais, e que os pais e as crianças mereciam mais, e não mereciam essas medidas e trabalham para zelar pelos interesses de todo o concelho. ----------

-------- Salientou que esta medida é lesiva para crianças, pais, freguesias e, também, para o concelho, como um todo, havendo pais que dizem que já não vão deixar as crianças nessas estruturas, sobretudo em São Brás, e que, para a fixação de jovens casais, sem que haja uma resposta, sobretudo, de abertura da manhã, obviamente, leva-os a procurar outras vias, muitas vezes, perto de locais de trabalho, como, por exemplo, no centro de Angra. ----------

-------- Disse, ainda, que, após as manifestações dos pais que estiveram presentes nas reuniões, e que se fizeram ouvir de várias formas, sendo a reposta do Executivo, a intransigência, parece-lhe que não é todo o mundo que estará errado e o Executivo certo, havendo argumentação mais do que suficiente e plausível, para esta reversão. ------

-------- Terminou reiterando o pedido para que se revertam essas medidas, o mais rápido possível, sendo que, na sua perspetiva, ainda se vai a tempo de dar uma resposta efetiva e que preserve o interesse das crianças, dos pais e de todo o concelho. ----------

-------- A Vereadora Paula Sousa disse que tomaram nota do que o Vereador Marco Martins disse e, aquilo que disse é, realmente, aquilo que tem vindo a dizer, pelo que não há aqui nada a considerar. ----------

-------- Relativamente à educadora, disse que a sua presença é assídua, e que não está a tempo inteiro, mas que, legalmente, não há nada que a obrigue nesse sentido.----------

-------- Prosseguiu dizendo que, quando chegou à Câmara um documento, que vale muito e que leu e analisou, parágrafo a parágrafo, com situações que, disseram-lhe, até teriam sido escritas com a ajuda do senhor Vereador Marco Martins, tendo respondido de imediato que o senhor Vereador não escreveu, porque era impossível que o Vereador Marco Martins as tivesse escrito, porque havia ali assuntos que o senhor Vereador sabia que não eram desse modo e que não estavam legais e, portanto, nunca o nome do senhor Vereador iria estar envolvido, como acredita que não esteve, mas claro que as pessoas também gostam de inflamar um bocadinho as situações e de por um bocadinho de pimenta nas mesmas, e respeita tudo isso, mas não se deixa influenciar por essas questões. ----------

-------- Ainda sobre esta situação, perguntou ao Vereador Marco Martins, se tem filhos em instituições, e o que é que faz quando lhe é apresentado o regulamento dessas instituições, ou seja, ou concorda e aceita as condições, ou não concorda e tentará, possivelmente, arranjar outras alternativas, mas, de modo algum, é isso que o Executivo pretende, ou seja, que as crianças deixem de frequentar estes espaços e daí o seu empenho e sacrifício, em tentar responder a todas as questões e, assim sendo, disse que os contactos foram feitos individualmente, sendo a própria quem os fez e, portanto, entram aqui num ciclo do “disse que disse”, mas o assunto foi todo tratado com muita celeridade, e se é possível que não vá ao encontro de todos, vai, porém, ao encontro da

maioria e de todos os que quiseram juntar-se ao Executivo na procura de soluções para a questão. ----------

-------- O Vereador Marco Martins retomou a palavra para dizer que, as preocupações e problemas dos pais, não foram resolvidos, e que basta, aliás, olhar para o número de pais que estiveram presentes na manifestação, para constatar que estavam, praticamente, todos os pais presentes.----------

-------- Acrescentou que, enquanto Vereadores, estão, obviamente, disponíveis para falar com todas as pessoas que os queiram abordar, e nem percebeu o que a Vereadora Paula Sousa disse sobre ajudar na redação do documento, não sendo, obviamente, verdade o que lhe disseram, mas que, de facto, não era nenhuma notícia falsa, mas, no entanto, o mais importante é que, nessas duas estruturas, uma delas abria de manhã e já não abre, as duas estavam fechadas uma semana em agosto, e agora vão fechar todo o mês de agosto, sendo um grande constrangimento para os pais e que não conseguiram dar respostas.----------

-------- Concluiu reiterando o seu pedido para uma reapreciação e reversão dessas medidas, o mais rápido possível. ----------

-------- Seguidamente, o Vereador Marco Martins solicitou novamente a palavra para dizer que já decorre o mês de outubro e que tem a ideia de que, nesta altura, já começava o programa "Freguesias ativas", e que havia aqui duas vertentes, não tendo a certeza se, a nível dos seniores, tinha a mesma designação, mas havia uma efetivação dessa resposta na área do desporto, e também em termos sociais, como um todo, e perguntou o que estava previsto, tanto na parte do feminino, como relativamente aos idosos, a nível das "Freguesias ativas". ----------

-------- A Vereadora Paula Sousa respondeu que havia dois programas, ou seja, uma sobreposição de programas, designadamente, o programa "Freguesias ativas", e o programa "Envelhecimento ativo", sendo que, este último, estava no departamento da reabilitação e, o programa "Freguesias ativas", no departamento do desporto e, portanto, um dos programas vai continuar, estando ainda em análise se será com esta designação, mas não faz sentido haver dois programas, pelo que, só um irá funcionar, estando, em conjunto com o Vereador Ricky Baptista, a ultimar esta parceria, no sentido de se dar continuidade ao referido projeto. ----------

-------- O Vereador Marco Martins perguntou qual era o programa que estava previsto continuar, tendo a Vereadora Paula Sousa respondido que estavam a ponderar essa questão, mas, em princípio, seria o programa "Envelhecimento ativo", mas ainda vão estudar as hipóteses de resposta ao abrangente núcleo de pessoas, uma vez que era precisamente o mesmo.----------

-------- O Vereador Marco Martins perguntou se, então, estava previsto não continuar com o programa "Freguesias ativas", e disse que não percebeu a questão da sobreposição dos programas, e que, aliás, a prática de exercício físico para o público sénior, obedece, obviamente, a um determinado constrangimento, e a uma adaptação diferente da que obedece para senhoras na casa dos vinte, trinta, quarenta, ou cinquenta anos, mas, porém, não percebeu, minimamente, qual era a sobreposição e solicitou que se clarificasse qual o programa que iria terminar.----------

--------O senhor Vice-Presidente tomou a palavra para dizer que, relativamente às "Freguesias ativas", estão a reorganizar os serviços disponíveis e as repostas que estão a ser dadas, e que, quando tomaram posse, uma das queixas que receberam, foi da parte dos privados, os quais disseram que a Câmara, nos últimos anos, tem abafado a iniciativa privada. ----------

--------Continuou dizendo que confrontaram várias empresas, quer náuticas, quer de *fitness*, as quais sentiam que não tinham capacidade para desenvolverem as suas atividades no concelho, porque a Câmara se sobrepunha a essas atividades. ----------

--------Disse que a resposta "Freguesias ativas" é uma boa resposta, mas, do ponto de vista do Executivo, a Câmara não deve funcionar como "*personal trainer*", nem como professores de educação física, mas sim responsabilizar-se por implementar políticas de atividade física e de promoção de saúde. ----------

--------Referiu, também, que, sobre esta matéria, pretendem colaborar e fazer parcerias com todas as instituições, incluindo clubes e associações com fins desportivos, para ajudarem essas instituições a dar resposta, porque há várias pessoas neste concelho que estão a desenvolver a sua atividade, que fizeram um investimento privado, no âmbito da sua formação, para dar essa resposta nas freguesias. ----------

-------- Concluiu dizendo que é uma parceria que pretendem abordar, falando com as Juntas de Freguesia, para saberem, também, quais as capacidades destas, mas a resposta dada através do "Freguesias ativas", como era anteriormente, vai ser alterada, para garantir uma resposta melhor para todo o concelho, através das parcerias feitas com as associações e clubes.----------

--------O Vereador Marco Martins retomou a palavra e disse que era com grande tristeza que ouvia as explicações do senhor Vice-Presidente, nomeadamente quando lhe diz que a Câmara não é "*personal trainer*", nem professor de educação física, porque a Câmara tem a obrigatoriedade de ser um agente promotor da prática desportiva e de hábitos e estilos de vida saudáveis, e as "Freguesias ativas" caminhavam exatamente neste sentido.----------

--------Prosseguiu referindo que, dizer que um programa como o "Freguesias ativas", que funcionava, grosso modo, duas vezes por semana, numas tantas freguesias, durante quarenta, a quarenta e cinco minutos, constitui grande concorrência ao setor privado, não será, na sua opinião, bem assim, acrescentando que esse programa se assumia com caráter complementar, extremamente importante para essas respostas, com um cariz mais intenso e regular e, aliás e do ponto de vista clínico, muitos médicos, quando conversavam com os seus pacientes, perguntavam se estavam inscritos neste programa. -

--------Continuou dizendo que, não concordam com tudo o que foi feito no passado e que nem tudo funcionava a cem por cento, como, aliás, também não acontece em qualquer câmara, ou organismo, mas a verdade é que, havia tantas coisas que funcionavam bem, como, por exemplo, a rede de creches e atl's, tendo sido dito, várias vezes e em sede de reunião de câmara, por este Executivo, que acreditavam no projeto e que era um projeto muito positivo, tal como o programa "Freguesias ativas", que, na sua opinião, era mais um projeto que funcionava bem e que vai, pura e simplesmente, cair, por muito que digam que vão criar parcerias e que vai funcionar melhor. ----------

--------Continuou dizendo que, até será respeitável terminar com alguma atividade, ou com algum projeto, quando já exista um plano "B", mas quando se diz que vão falar com as entidades para ver como é que corre e que vai ser melhor, não acredita que isso aconteça, porque não está nada firmado, nem construído, sendo mais um bom exemplo, pela negativa, em que se vai acabar com coisas que correm bem, perguntando porque razão se vai terminar o programa, se o mesmo corria bem, sendo essa a questão dos Vereadores do Partido Socialista, porque é mais uma resposta que deixa de ser dada aos munícipes deste concelho e que a manutenção desta resposta não iria onerar muito a Câmara.----------

--------Terminou dizendo que era com grande tristeza que os Vereadores do Partido Socialista tinham conhecimento desta informação, e ficava formalmente expresso, o seu desagrado e absoluta discordância, fazendo, também, um pedido expresso para que se possa reverter esta situação. ----------

--------O senhor Vice-Presidente retomou a palavra e reconheceu que o senhor Vereador Marco Martins já muitas vezes disse que não concordava com muitas coisas que se fizeram no passado, como o próprio também não concorda, mas quando olha para as ideologias do partido, compreende que tentem defender as coisas que se fizeram no passado, mas o facto é que o contribuinte, ou o Estado, é que fornece o trabalho, e que este Executivo tem a liberdade, e a responsabilidade, de tomar as decisões que acham melhores para o concelho, e quando contactam com os privados e notam que os mesmos referem que estão a ser prejudicados, porque a Câmara está a fornecer o mesmo serviço, sem prejuízo do Executivo estar aberto a trabalhar com os mesmos, para que sejam eles a fornecer o serviço e garantir que isso desenvolve a economia e riqueza do concelho, tendo em conta que os privados é que estão a trabalhar e a gerar esse serviço, ficando satisfeito com essa opção porque as políticas deveriam ser feitas dessa forma, não sendo verdade que isso não dá resposta às necessidades do concelho, porque a resposta é dada, mas da outra forma.----------

--------Continuou dizendo que até compreende que critiquem, mas tem de se dar tempo para que o Executivo possa dar uma resposta ao concelho, porque é diferente do que foi feito no passado, sendo que, do seu ponto de vista, é a melhor resposta, porque, desta forma é que toda a gente fica incluída, para que as instituições, associações e clubes, também não se sintam isolados, pois não havia abertura do anterior Executivo para desenvolver as suas atividades. ----------

--------Alegou, ainda, que, era tudo feito pela Câmara da Praia, mas que, este ano, as Festas da Praia foram um exemplo, tendo em conta que todas as atividades na área do desporto foram feitas através das associações e dos clubes, os quais, durante anos, não foram convidados para o fazer, mas que, neste ano, essas instituições tiveram oportunidade para mostrar as suas atividades, sendo isso que tem de se fortalecer e reforçar, ou seja, dar oportunidades a estas instituições para fazerem o seu serviço. -------

--------O Vereador Marco Martins disse que o senhor Vice-Presidente diz que atua, obviamente, em conformidade com o que entendem ser melhor para a Praia, pois está mais do que claro que, no entendimento deste Executivo, o melhor para a Praia é terminar com o programa "Freguesias ativas", sendo este um bom exemplo daquilo que deveria ter sido feito, mas ao contrário, ou seja, existem estruturas, foi criada uma rede

municipal, também de pavilhões, e esta rede deve ser rentabilizada e otimizada, além do usufruto dos clubes das várias freguesias, onde um projeto como as "Freguesias ativas" deveria ir um pouco mais além, através, por exemplo, de práticas desportivas intergeracionais e associando a estes elementos, algum momento em que alguém da área da saúde pudesse, também, prestar esclarecimentos e fazer rastreios, ou seja, havia aqui matéria para continuar e conseguir, até, ir mais além.----------

--------Terminou reiterando, em relação às duas matérias ora discutidas, nomeadamente, a rede de creches e atl's e o programa "Freguesias ativas", a discordância, em absoluto, dos Vereadores do Partido Socialista, e o pedido de reversão dessas decisões.----------

--------O Vereador Berto Messias solicitou a palavra para dizer que as respostas que o senhor Vice-Presidente dá, suscitam muito mais questões que gostavam de ver esclarecidas, tais como, quando o senhor Vice-Presidente diz que os privados se queixam de que as "Freguesias ativas" prejudicam a sua atividade, pergunta quem são esses privados.----------

--------Continuou dizendo que, no caso do programa "Freguesias ativas", são dadas aulas, periódica e semanalmente, por todas as freguesias do concelho, a centenas de pessoas, com técnicos credenciados da Câmara para o fazer, e questionou de que ginásios estão a falar, se é dos ginásios da Praia, do ginásio do Lar D. Pedro V, que abriu um espaço nas Lajes, e também no Juncal, não tendo ideia de haver mais ginásios na Praia. ----------

--------Questionou, ainda, se são os ginásios que vão garantir os serviços que a Câmara garante no âmbito do "Freguesias ativas", com a periodicidade com que isso era feito até agora, e se é isso que vai constituir um serviço melhor, do que aquele que existe atualmente.----------

--------Prosseguiu dizendo que percebe que o senhor Vice-Presidente, e a Câmara, têm a legitimidade para criar sistemas e serviços novos, mas questionou porque é que já não se criou, considerando que o senhor Vice-Presidente acaba com um serviço, diz que vai fazer um novo serviço, mas não diz quando é que o vai fazer, porque agora é que está a avaliar parcerias e, portanto, o que o senhor Vice-Presidente está a fazer é a acabar com o "Freguesias ativas" sem ter uma alternativa, perguntando porque motivo não acabou com o "Freguesias ativas" e lançou logo o programa novo, isso é que garantia mais atividade física no concelho. ----------

--------Continuou referindo que o senhor Vice-Presidente diz que os clubes se queixam por não serem apoiados para fazerem os seus projetos e perguntou quais são os clubes e quais são os projetos, se os clubes iam fazer o que o programa "Freguesias ativas" fazem, através de técnicos da Cooperativa Praia Cultural e se o número de pessoas abrangidas vai ser igual, porque se o senhor Vice-Presidente está a pensar numa alternativa, já deve ter isso tudo delineado, mas ainda não lhes disse o que está delineado e quando é que será implementado.----------

--------O senhor Vice-Presidente retomou a palavra e respondeu que os senhores Vereadores têm toda a legitimidade para falarem com os clubes e com os privados, para saberem as queixas dos mesmos, não precisando de as apontar aqui, em reunião de

câmara, porque, se conseguiu falar com essas entidades, o senhor Vereador também o pode fazer.----------

-------- O Vereador Berto Messias reconheceu que todos têm legitimidade para falarem com quem entenderem, no concelho, mas, no entanto, o senhor Vice-Presidente está a dizer, em reunião de Câmara e enquanto Vice-Presidente, que vai acabar com um serviço, que, na perspetiva dos Vereadores do Partido Socialista, era importante e que abrangia muito gente, dizendo também, o senhor Vice-Presidente, que há uma alternativa, que existem privados que se queixam e clubes que não foram apoiados para desenvolverem os seus projetos por causa do programa "Freguesias ativas", e gostavam de saber qual é essa alternativa, quais são esses clubes, quais são esses projetos e, se tem essa alternativa, porque é que não a implementou antes de acabar o "Freguesias ativas".-

-------- Continuou dizendo que a Câmara acaba com uma coisa, sem ter um plano "B" a funcionar, o que é terrível, porque vai criar um tremendo vazio para centenas de pessoas neste concelho, que usufruíam do "Freguesias ativas", numa estratégia que não tem mais custos para a Câmara, e que, portanto, não está em causa o dinheiro, mas apenas a estratégia do Executivo de pôr os privados a fazerem esse serviço, e voltou a perguntar quem são os privados e o que é que vão ficar a fazer. ----------

-------- Mais referiu que, os vereadores do Partido Socialista fazem perguntas, mas as respostas que são dadas, só adensam as suas dúvidas e suscitam mais perguntas, porque o senhor Vice-Presidente diz que vai acabar com o "Freguesias ativas" mas não diz o que vai fazer de novo, perguntando quais são os ginásios que vão absorver estas centenas de pessoas, ou seja, qual é a alternativa.----------

-------- O senhor Vice-Presidente respondeu que, não são os custos para a Câmara que estão em causa, porque nunca disseram que iriam acabar com esse serviço, mas sim que iriam alterar a forma como o serviço seria prestado, o que está a ser avaliado pelos técnicos da Câmara, no sentido de juntar os dois programas e avaliar qual a melhor resposta, e a forma como se pode dar essa resposta, com parcerias com os clubes, associações e com os privados. ----------

-------- O Vereador Berto Messias retomou a palavra e disse que o Executivo não tem ainda nada delineado, se não lhes conseguem dizer qual é o plano, sendo que, a quatro de outubro, acabam com o "Freguesias ativas" e não têm nada delineado, mas cá estarão para ver que solução sairá, em parceria com os privados e com os clubes. ----------

-------- A Vereadora Paula Sousa solicitou a palavra para dizer que, houve a fusão dos dois programas que existiam, o "Freguesias ativas" e o "Envelhecimento ativo", não sendo verdade que não há nada delineado, porque existe um dossiê preparado para ser implementado e, portanto, também é preciso medir o que se diz e tentar perceber o que o outro diz, porque, conforme explicou anteriormente e o senhor Vice-Presidente também fez, há, de facto, dois programas, um que era dado pelo gabinete do envelhecimento ativo, e o outro que era dado pelo gabinete do desporto, verificando-se, muitas vezes, alguma acumulação de parcerias e de respostas, e o que se fez foi avaliar e, mediante aquilo a que se quer responder, e o que se pretende manter, fazer a fusão dos programas.----------

-------- Referiu ainda que o dossiê está a ser analisado para se ver, realmente, qual a melhor forma de o operacionalizar, mas, no entanto, não vão ser anulados e o senhor

Vereador vai ter oportunidade, em tempo útil, de ver que, o que o Executivo está a dizer, é verdade. ----------

-------- O Vereador Berto Messias retomou a palavra e disse que perguntou qual era a alternativa, mas que o Executivo não lhes diz qual é a alternativa, mas cá estarão para ver qual é essa alternativa, sendo que, hoje, é quatro de outubro, pelo que, no seu entender, o tempo útil já passou, mas aguardam, expectantes, a alternativa e a parceria com os privados, em detrimento do serviço que a Cooperativa e a Câmara prestavam.----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

-------- A Câmara tomou conhecimento dos seguintes documentos: ----------

-------- Listagem de licenciamentos de obras particulares devidamente concluídos, a qual faz parte integrante desta ata.----------

-------- (01/21) PROPOSTA - EMISSÃO DE PARECER FUNDAMENTADO PARA ATRIBUIÇÃO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA AO GRUPO DESPORTIVO DOS BISCOITOS:----------

-------- Proposta n.º 5435/2023, datada de 26 de setembro findo, do Vereador com competência delegada, Dr. Ricky Baptista, do seguinte teor: ----------

-------- "Considerando que: ----------

-------- 1. O Grupo Desportivo dos Biscoitos, com sede à Caparica s/n, freguesia de Biscoitos, 9760-051- Biscoitos, concelho da Praia da Vitória, com o número de pessoa coletiva 512029040, veio requerer, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, a emissão de parecer fundamentado para efeitos de instrução do pedido de atribuição do estatuto de utilidade pública, que o mesmo pretende obter, ao abrigo e nos termos da Lei nº 36/2021, de 14 de junho (Lei-quadro do estatuto de utilidade pública). ----------

-------- 2. A atribuição do estatuto da utilidade pública compete ao Governo Regional, de acordo com o disposto no artigo 16º, nº 3, do Anexo à supracitada lei, devendo ser instruído com parecer fundamentado da câmara municipal da área da sua sede, nos termos do artigo 8º, nº 1, alínea d), do mesmo diploma. ----------

-------- 3. O estatuto de utilidade pública pode ser atribuído às pessoas coletivas que prossigam fins de interesse geral, regional ou local e que cooperem, nesse âmbito, com a administração central, regional ou local, considerando-se como fins relevantes, entre outros, aqueles que se traduzam no benefício da sociedade em geral ou dos seus associados, quando a sua atividade estiver compreendida em algum dos diversos setores previstos no artigo 4º, nº 3, nomeadamente, no setor do desporto (artigo 4º, nºs 1, 2 e 3, alínea b), da Lei nº 36/2021).----------

-------- 4. Assim e considerando que o Grupo Desportivo dos Biscoitos vem desenvolvendo a sua atividade no concelho da Praia da Vitória desde 1973, com o

intuito de promover a prática desportiva, o associativismo comunitário e a formação, por via do desporto, de crianças e jovens. ----------

-------- 5. E considerando que, ao longo da sua existência, o Grupo Desportivo dos Biscoitos tem sido arauto do associativismo concelhio e da dinamização da comunidade onde se insere, sendo, hoje, uma das forças vivas da freguesia dos Biscoitos e do Concelho da Praia da Vitória, promovendo e satisfazendo necessidades desportivas de crianças e jovens, prosseguindo, portanto e efetivamente, fins de interesse público local e regional, em cooperação com a Administração Pública Local, e exercendo uma atividade de manifesta relevância desportiva, cultural e social, em benefício não só do concelho da Praia da Vitória, como, também, da Ilha Terceira e da Região Autónoma dos Açores. ----------

-------- Em face de todo o exposto e nos termos e para os efeitos previstos na alínea d), do nº 1, do artigo 8º, do Anexo à Lei nº 36/2021, de 14 de junho (Lei-quadro do estatuto de utilidade pública), propõe-se que a Câmara Municipal da Praia da Vitória emita parecer favorável à atribuição do estatuto de utilidade pública, ao Grupo Desportivo dos Biscoitos.”----------

-------- Relativamente a este ponto, o Vereador Berto Messias disse que os vereadores do Partido Socialista votavam a favor, mas que, na sua perspetiva, o parecer do Município podia ser mais completo e, por exemplo, podia referir o número de atletas envolvido, o trabalho e os títulos ao longo dos anos, porque, por vezes, o parecer da Câmara é decisivo e convém que possa ser o mais consistente possível. ----------

-------- Salientou, ainda, que constatou, na correspondência trocada entre o Gabinete do senhor Vice-Presidente e o Clube, que houve um esforço do Gabinete do senhor Vice-Presidente para recolher o máximo de informação possível, porque, por vezes, esta decisão é tomada com base no parecer do Município, que é determinante. ----------

-------- A senhora Presidente agradeceu o contributo para que possa ficar em referência e para se perceber, junto do Clube, se tem interesse em colaborar com o Município, face à insistência que houve para a recolha de informação e para se perceber se ainda é possível, em termos de “timing” e desde que não prejudique o Clube, fazer essa alteração, no sentido de complementar o parecer e voltar a trazer a questão para apreciação em reunião de Câmara. ----------

-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.** ------

-------- **(02/21) PROPOSTA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL DESTINADO À SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS DANÇAS E BAILINHOS DE CARNAVAL:**----------

-------- Proposta n.º 5421/2023, datada de 26 de setembro findo, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor: ----------

-------- “Decorridos mais de cinco anos desde a entrada em vigor do Regulamento Municipal de Apoio às Danças e Bailinhos de Carnaval (Aviso nº 1151/2018, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 17, de 24 de janeiro de 2018, alterado pelo Aviso nº 7703/2019, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 85, de 3 de maio de 2019),

verifica-se a necessidade de efetuar algumas alterações pontuais ao mesmo, nomeadamente, quanto aos critérios de atribuição dos apoios e à forma de apresentação das candidaturas e respetiva análise. ----------

-------- Assim e considerando que a competência para a aprovar os regulamentos municipais com eficácia externa e as respetivas alterações, é da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do artigo 25º, nº 1, alínea g), e 33º nº 1, alínea k), do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. ----------

-------- E considerando que, nos termos do disposto no artigo 98º, nº 1, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro (doravante referido apenas por CPA) o procedimento administrativo para alteração do regulamento administrativo deve começar pela publicitação, no sítio institucional da entidade pública, na internet, do início do procedimento e participação procedimental, com vista a possibilitar a constituição de interessados e a apresentação de contributos pelos cidadãos nesse âmbito, devendo indicar-se o órgão que decidiu desencadear o procedimento, a data de início, o seu objeto e a forma de constituição de interessados e de apresentação de contributos. ----------

-------- Propõe-se, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 33º, nº 1, alínea k), do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e 98º, nº 1 do CPA, que a Câmara Municipal da Praia da Vitória delibere: ----------

-------- a) Aprovar o início do procedimento administrativo e participação procedimental destinado a efetuar uma segunda alteração ao Regulamento Municipal de Apoio às Danças e Bailinhos de Carnaval (Aviso nº 1151/2018, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 17, de 24 de janeiro de 2018, alterado pelo Aviso nº 7703/2019, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 85, de 3 de maio de 2019); ----------

-------- b) Publicitar na internet, no sítio institucional da entidade pública, o início do procedimento, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e concedendo-se um prazo de dez dias úteis a contar da data de publicitação, para os interessados, querendo, se constituírem como tal, no procedimento, devendo as suas sugestões ser apresentadas mediante requerimento dirigido à Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, do qual conste o nome completo, morada, número de identificação fiscal, respetivo endereço eletrónico e consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 112.º, do CPA (notificação por correio eletrónico) a enviar por correio eletrónico para geral@cmpv.pt., ou entregues em mão ou por correio postal, para a Câmara Municipal da Praia da Vitória, sito à Rua do Cruzeiro, nº 10-F, freguesia de Santa Cruz, Praia da Vitória." ----------

-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.** --------

-------- (03/21) PROPOSTA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL DESTINADO À SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA: ----------

-------- Proposta n.º 5424/2023, datada de 26 de setembro findo, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor: ----------

-------- "Decorridos mais de cinco anos desde a entrada em vigor do Regulamento Municipal de Apoio às Juntas de Freguesia do Concelho da Praia da Vitória (Aviso nº 1152/2018, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 17, de 24 de janeiro de 2018, alterado pelo Aviso nº 1902/2020, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 24, de 4 de fevereiro de 2020), verifica-se a necessidade de efetuar algumas alterações pontuais ao mesmo, nomeadamente, quanto ao valor dos apoios a atribuir e ao prazo de apresentação das candidaturas. ----------

-------- Assim e considerando que a competência para a aprovar os regulamentos municipais com eficácia externa e as respetivas alterações, é da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do artigo 25º, nº 1, alínea g), e 33º nº 1, alínea k), do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; ----------

-------- E considerando que, nos termos do disposto no artigo 98º, nº 1, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro (doravante referido apenas por CPA) o procedimento administrativo para alteração do regulamento administrativo deve começar pela publicitação, no sítio institucional da entidade pública, na internet, do início do procedimento e participação procedimental, com vista a possibilitar a constituição de interessados e a apresentação de contributos pelos cidadãos nesse âmbito, devendo indicar-se o órgão que decidiu desencadear o procedimento, a data de início, o seu objeto e a forma de constituição de interessados e de apresentação de contributos; ----------

-------- Propõe-se, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 33º, nº 1, alínea k), do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e 98º, nº 1 do CPA, que a Câmara Municipal da Praia da Vitória delibere: ----------

-------- a) Aprovar o início do procedimento administrativo e participação procedimental destinado a efetuar uma segunda alteração ao Regulamento Municipal de Apoio às Juntas de Freguesia do Concelho da Praia da Vitória (Aviso nº 1152/2018, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 17, de 24 de janeiro de 2018, alterado pelo Aviso nº 1902/2020, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 24, de 4 de fevereiro de 2020); ----------

-------- b) Publicitar na internet, no sítio institucional da entidade pública, o início do procedimento, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e concedendo-se um prazo de dez dias úteis a contar da data de publicitação, para os interessados, querendo, se constituírem como tal, no procedimento, devendo as suas sugestões ser apresentadas mediante requerimento dirigido à Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, do qual conste o nome completo, morada, número de identificação fiscal, respetivo endereço eletrónico e consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 112.º, do CPA (notificação por correio eletrónico) a enviar por correio eletrónico para geral@cmpv.pt., ou entregues em mão ou por correio postal, para a Câmara Municipal da Praia da Vitória, sito à Rua do Cruzeiro, nº 10-F, freguesia de Santa Cruz, Praia da Vitória." ----------

-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.** ------

--------**(04/21) PROPOSTA – RETIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS N.ºS I/2023/3697 E I/2023/4200 - APOIOS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL COOPERAR E DESENVOLVER NA PRAIA DA VITÓRIA:**---------

--------Proposta n.º 5195/2023, datada de 21 de setembro findo, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:----------

--------"Considerando que, na Proposta n.º I/2023/3697 aprovada em Reunião de Câmara a 09 de agosto de 2023, não foi mencionado que a mesma enquadra-se na Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, Proposta n.º I/1785/2022, submetida à Reunião de Câmara Municipal de 14/12/2022 e aprovada na Reunião de Assembleia Municipal de 27/12/2022;----------

--------Considerando que, na Proposta n.º I/2023/4200 aprovada em Reunião de Câmara a 06 de setembro de 2023, não foi mencionado que a mesma enquadra-se na Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, Proposta n.º I/1785/2022, submetida à Reunião de Câmara Municipal de 14/12/2022 e aprovada na Reunião de Assembleia Municipal de 27/12/2022;----------

--------Proponho que a Câmara Municipal delibere o seguinte: ----------

--------A retificação das Propostas n.º I/2023/3697 e I/2023/4200 de acordo com o apresentado anteriormente." ----------

--------**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.**--------

--------**(05/21) PROPOSTA – APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS FESTAS NAS FREGUESIAS E VILA DO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA – TOURADA DA CANADA DO CALDEIRO – JUNTA DE FREGUESIA DOS BISCOITOS:**----------

--------Proposta n.º 5180/2023, datada de 21 de setembro findo, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:----------

--------"Considerando o Regulamento Municipal de Apoio às Festas nas Freguesias e Vila do Concelho da Praia da Vitória, aprovado pela Câmara Municipal da Praia da Vitória e pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória e publicado em Diário da República com o aviso 1150/2018, de 24 de janeiro de 2018; ----------

--------Proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.ª, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, sobre o relatório de análise, no âmbito do pedido enviado pela Junta de Freguesia dos Biscoitos, documentos que são parte integrante da presente proposta." ----------

--------O Vereador Berto Messias interveio dizendo que, nesta proposta, está em causa o cumprimento do regulamento e lamentam que assim seja, sendo que há, outra vez, a discrepância entre a data do ofício e a data de entrada do mesmo na Câmara, tal como aconteceu na última reunião de Câmara e, assim sendo, votam a favor da proposta mas com o lamento referido. ----------

--------**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.** ------

----------Todos os documentos relacionados com os pontos da ordem do dia, encontram-se no edifício da Câmara Municipal da Praia da Vitória, sito na Rua do Cruzeiro, à disposição para as consultas tidas por convenientes. ----------

--------**APROVAÇÃO DA ATA:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata em causa, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

--------**ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a tratar, nesta reunião, a Exma. Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos eram quinze horas e quarenta e cinco minutos, pelo que de tudo para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Exm.ª Senhora Presidente e pela Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica.----------

Ass: _____

Ass: _____